FACULDADE DE LETRAS
Universidade do Porto

GUIA DO ESTUDANTE

Ramo Educacional

EDIÇÃO DO CONSELHO DIRECTIVO

1992/93

FACULDADE DE LETRAS
Universidade do Porto

GUIA DO ESTUDANTE

XIII

EDIÇÃO DO CONSELHO DIRECTIVO

1992/93

378(05)

Guia do Estudante da FLUP. RAMEDUC
Vol. 13, 1992-93
Publicação Anual

Dactilografia: Margarida Santos
Execução e Impressão: Oficina Gráfica
Tiragem: 100 exemplares

INTRODUÇÃO

GUIA DO ESTUDANTE - 1991

INTRODUÇÃO

A publicação da 13ª edição do Guia do Estudante, referente ao ano lectivo de 1992-93, insere-se numa linha de continuidade com anteriores brochuras, tendo como objectivo fundamental a divulgação dos conteúdos programáticos ministrados nas diversas disciplinas dos diferentes cursos.

Outras informações há, contudo, que são igualmente importantes para discentes e docentes, respeitantes aos Serviços da Faculdade, à actividade escolar, às indicações pedagógicas, às indicações académicas, ao calendário das provas em 1992-93, às publicações da Faculdade, aos Colóquios e Congressos promovidos ou apoiados pela F.L.U.P., às Actas de Colóquios e Congressos e, muito particularmente, às Normas de Avaliação. Quanto a estas últimas, é fundamental uma leitura atenta do seu articulado e a observância do que se encontra estipulado, por forma a evitar situações que possam perturbar o normal funcionamento das disciplinas, das aulas e da actividade docente.

Este Guia pretende, dentro dos seus limites, contribuir para um ano lectivo 1992/93 que seja a todos os títulos frutuoso, eficaz, sem sobressaltos desnecessários e com o maior número possível de realizações individuais e colectivas.

Porto e Faculdade de Letras, Julho de 1992

O PRESIDENTE DO CONSELHO DIRECTIVO

****

ÓRGÃOS DE GESTÃO DA FACULDADE

Assembleia de Representantes
Conselho Directivo
Conselho Científico
Conselho Pedagógico
Conselho Administrativo
Conselho Consultivo.

****

SERVIÇOS DA FACULDADE

A - Secretaria

Sector de Matrículas e Inscrições
" de Equivalências
. de Mudanças de Curso.
Horário normal de abertura ao público:
de 2ª a 6ª feira: 12H00 - 16H00
Encerra ao Sábado.

B - Tesouraria

Horário de atendimento:
de 2ª a 6ª feira: 9H30 - 11H30
14H30 - 16H30
Encerra ao Sábado.

C - Biblioteca Central

A Biblioteca Central constitui um serviço de fundamental importância da FLUP e por isso tem merecido uma atenção particular por parte dos Conselhos Directivos.

São utentes de direito da Bilioteca os docentes e os alunos da FLUP. Em casos devidamente justificados, porém, outras pessoas podem utilizar os seus serviços, nomeadamente a pesquisa na Base Nacional de Dados Bibliográficos ("Porbase").

Para consulta das obras da Biblioteca Central os utilizadores devem possuir o cartão de leitor, o qual deverá ser revalidado todos os anos depois de efectuadas as inscrições.

1. Tipos de leitura:
a) de presença: na Sala de Leitura (horário afixado);
na Sala de Obras de Referência (livre acesso);
b) domiciliária: normas regulamentares afixadas na Sala de Leitura.

2. Sala dos Catálogos:
a) Onomástico
b) Didascálico
c) CDU (Classificação Decimal Universal)
c) Cardex (Publicações Periódicas)
d) "Porbase" (através do terminal ligado em linha à Base Nacional de Dados Bibliográficos)
e) Bases de dados locais.

Nota. As obras entradas depois de 1988 encontram-se integradas na Base Nacional de Dados Bibliográficos ("Porbase"), e nas bases de dados locais, pelo que não devem ser procuradas nos catálogos tradicionais.

Tanto os catálogos tradicionais como a "Porbase" incluem também obras de alguns Institutos e Centros sediados na Faculdade, identificáveis pelas respectivas siglas.

Como é de norma em todas as Bibliotecas, as obras classificadas de "Reservados", as de "referência" (dicionários, enciclopédias), as teses e as revistas e publicações periódicas não podem ser requisitadas para leitura domiciliária.

O mesmo se aplica às obras pertencentes ao "Fundo Primitivo".

3. Horário de leitura: (Excepto nos períodos de férias)

2ª a 6ª feira: 8H30 - 19H00

4. Leitura de presença

4.1. Obras em depósito.

4.1.1. Para a leitura de presença, o leitor só pode requisitar 3 obras de cada vez.

4.2. Obras em livre acesso (Sala de leitura e de Referência)

4.2.1. A estas obras poderá o leitor aceder directamente, ficando estabelecido que não deverá voltar a colocá-las nas estantes, mas num local designado para esse efeito.

5. Leitura domiciliária

5.1. Podem ser requisitadas 3 obras diferentes simultâneamente.

5.2. O empréstimo de obras para leitura domiciliária processa-se entre as 14h e as 18h e a sua devolução deverá ocorrer impreterivelmente 48 horas depois de terem sido requisitadas.

5.3. As requisições das mesmas obras podem ser renovadas, quando não haja prejuízo para outros leitores.

6. Os alunos invisuais dispõem do aparelho Optacon oferecido pela Fundação Calouste Gulbenkian e instalado na Biblioteca Central.

7. Estão disponíveis para pesquisa em CD-ROM diversas bases de dados cuja utilização obedece a um regulamento afixado na Biblioteca.

8. Serviço de informação bibliográfica da Biblioteca Central da Faculdade:

Boletim Bibliográfico (Semestral), 1979 ss.

Núcleo de Teses Existentes na Biblioteca Central da F.L.U.P., "Boletim Bibliográfico - Anexo I", Porto, 1989.

Trabalhos de Docentes da F.L.U.P., "Boletim Bibliográfico -Anexo II", Porto, 1989.

Núcleo das Obras que constituem o Fundo Ultramarino da Biblioteca Central da F.L.U.P., "Boletim Bibliográfico - Anexo III", Porto, 1990.

Núcleo Documental do Instituto de Estudos Norte-Americanos, "Boletim Bibliográfico - Anexo IV", Porto, 1990.

Bibliografia Temática:

1- "Biblioteconomia e Documentação", 1989.
2- "Educação, Pedagogia, Didáctica", 1989.
3- "Biblioteconomia, Documentação, Arquivística", 1989.
4- Biblioteconomia. Documentação. Arquivística, 1991.
5- Literatura Medieval. Cultura Medieval, 1992.
6- Sociologia, 1992

Boletim de Sumários, 1988 ss.

Reservados da Biblioteca Central, 1ª ed., 1989; 2ª ed., 1990

Núcleo Documental do Instituto de Estudos Ingleses, Porto, 1991

Dissertações Académicas, Porto, 1992

Núcleo Documental da Sala Brasileira, Porto, 1992

Para além da Biblioteca Central, existem na Faculdade Institutos, Salas e Centros de Investigação:

Instituto de Estudos Ingleses
" de Estudos Norte Americanos
" de Estudos Germanísticos
" de Geografia
" de Cultura Portuguesa
" de Arqueologia
" de Documentação Histórica Medieval
" de Filosofia e História da Filosofia
" de História de Arte
" de Língua Portuguesa
" de Literatura Comparada
" de Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa
" de Sociologia
" de Ciências da Educação
" de Estudos Franceses
Sala Brasileira
" Espanhola
" Neerlandesa
" de História Moderna
" de História Medieval
Centro de História
" de Linguística
" de Estudos Semióticos e Literários.

Dependente da Reitoria da Universidade, mas sediado na FLUP, funciona o Centro Norte de Portugal-Aquitânia (CENPA).

Obs.: O acesso de alunos a algumas destas unidades está condicionado, de acordo com as normas da direcção de cada uma delas.

****

D - Oficina Gráfica - Balcão de Vendas

Serviço de reprografia da Faculdade e de venda de publicações; apoia as actividades pedagógicas, de investigação e administrativas da escola. Preçário fixado pelo Conselho Directivo.

Horário de atendimento ao público:
2ª a 6ª feira: 8H30 - 19H30
Sábados: 9H00 - 12H30.

****

BAR

Presentemente, o serviço de cafeteria e de "snack" é assegurado por exploração dependente da Associação de Estudantes da Faculdade.

Horário:
2ª a 6ª feira: 8H30 - 19H00
Encerra ao Sábado, normalmente.

****

PARQUE DE ESTACIONAMENTO

Reservado aos elementos da FLUP. Entrada pela Travessa de Entre Campos. Possui zonas demarcadas, que devem ser respeitadas para comodidade de todos.

No interior do parque aplicam-se todas as normas jurídicas sobre responsabilidade civil por danos causados a terceiros.

Horário:
2ª a 6ª feira - 7H30 - 23H00
Sábados- 7H30 - 13H00.

****

ACTIVIDADE ESCOLAR

A. Cursos de Licenciatura
História
História (Variante Arte)
História (Variante Arqueologia)
Filosofia
Línguas e Literaturas Modernas (Est. Port; Est. Port/Franc; Est. Port/Ingl; Est. Port/Alem; Est. Ingl/Alem; Est. Franc/ Alem; Est. Franc/Ingl.)
Geografia
Sociologia.

B - Cursos Profissionalizantes:
a) Ramo educacional:
regime transitório
regime normal (3°, 4° e 5° anos).
b) Tradução

C - Cursos de pós-graduação:
a) Mestrados: História Medieval
História Moderna e Contemporânea
História da Arte
Arqueologia
Filosofia do Conhecimento
Literaturas Românicas Modernas e Contemporâneas
Estudos Anglo-Americanos
b) Curso de Especialização em Ciências Documentais - Opção "Bibliotecas e Documentação"; Opção "Arquivos"
Curso de Pós-Graduação em Museologia.

D - Curso de Português para Estrangeiros.

****

INDICAÇÕES PEDAGÓGICAS (Síntese):

Os alunos devem ter em atenção o regime e tabela de precedências em vigor, assim como as Normas de avaliação aprovadas pelo Conselho Pedagógico.

1. RAMO EDUCACIONAL:

Regime transitório (Port. 850/87):

1º ano:

a) os alunos que concluem a licenciatura (plano de estudos antigo) têm direito a candidatar-se à inscrição no 1º ano no primeiro curso aberto após a conclusão da licenciatura;

b) equivalências concedidas:

em Filosofia: Filosofia da Educação a Introdução às Ciências da Educação;

em LLM: Didáctica da Língua Inglesa a Metodologia do Inglês.

2º ano:

a) estágio nos locais fixados pela Direcção Regional de Educação do Norte;

b) seminário semanal na Faculdade (3 horas);

c) admissão ao estágio com aproveitamento em todas as disciplinas do 1º ano (na época de Julho; os alunos que terminam o 1º ano do regime transitório na época de Setembro e de Dezembro só podem concorrer a lugares de estágio em Julho do ano seguinte).

Regime normal (Port. 850/87):

1. Para poder candidatar-se ao ramo educacional - regime normal - o aluno deve estar em condições de passagem para o 3º ano do curso (isto é, com o máximo de duas disciplinas em atraso).

2. A média para seriação dos candidatos é calculada com base nas classificações da totalidade das disciplinas do 1° e do 2° ano, menos duas (se o aluno não tem disciplinas em atraso), ou menos uma (se só tem uma em atraso).

Obs.: Para os efeitos indicados no número precedente, não são levadas em conta as classificações mais baixas obtidas pelo aluno até à data.

Notas:

I - O regulamento dos estágios, encontra-se publicado na Port. 659/88, de 29 de Setembro.

II - Os alunos devem ler com cuidado todos os avisos afixados sobre esta matéria antes de se dirigirem à Secretaria.

III - Informa-se que a Unidade de Apoio aos Alunos Deficientes (UAAD), da Pró-Reitoria da Universidade (Acção Social Universitária e Assistência Médica), presta apoio psico-social e médico-pedagógico aos estudantes invisuais. Neste âmbito a UAAD promove também a passagem de textos de apoio em Braille, com a colaboração da Associação de Cegos do Norte de Portugal.

No que concerne a aquisição do material específico, por parte destes alunos, dispõem os mesmos de cassetes, a preço mais acessível, no Centro de Documentação e de material didáctico dos Serviços Sociais da Universidade do Porto (SSUP).

Mais se informa que a Pró-Reitoria aguarda uma resposta da Biblioteca Pública Municipal do Porto, sobre uma proposta de colaboração para a gravação de textos de estudantes invisuais da Universidade do Porto.

2. CURSOS DE TRADUÇÃO - Para alunos de LLM (Port. 850/87):

a) Os alunos interessados nestes cursos poderão optar pelo curso de tradução em Inglês-Português, de Francês-Português ou de Alemão-Português.

b) Para se candidatarem à admissão nestes cursos, os alunos devem pertencer a uma variante de licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas que inclua línguas estrangeiras e estar em condições de transitarem do 2° para o 3° anos.

c) Os candidatos serão seleccionados de acordo com as médias obtidas nos dois primeiros anos do curso.

****

INDICAÇÕES ACADÉMICAS (Síntese):

1. No prazo de 7 dias a contar da afixação do respectivo aviso (ou pauta) ou da data do correio, os alunos devem dar cumprimento aos deferimentos favoráveis exarados nos requerimentos que tenham apresentado à Faculdade.

2. Reingressos, transferências, mudanças de curso:

Candidaturas: de 15 de Agosto a 7 de Setembro (inclusivé)

Editais afixados em 8 de Outubro (inclusive)

Inscrições: de 9 a 15 de Outubro (inclusive)

Reclamações: de 9 a 15 de Outubro (inclusive)

3. Mudança de variante em LLM: os pedidos dos alunos da FLUP só podem ser considerados depois de terem completado todas as disciplinas do 1º ano em que se inscreveram.

4. Curso de Ciências Documentais (pós-graduação) - as disciplinas em atraso do curso anterior podem ser feitas no curso seguinte.

Notas:

1. Para as restantes informações, devem os alunos consultar o folheto Indicações Úteis aos Alunos, difundido gratuitamente pela Universidade do Porto.

2. Chama-se a especial atenção dos alunos para os avisos sobre a micro-radiografia.

****

NORMAS DE AVALIAÇÃO

(Aprovadas pelo Conselho Pedagógico em 21.7.92)

No desempenho das funções que lhe competem segundo os Estatutos da Universidade do Porto e os Estatutos da Faculdade de Letras e de acordo com a legislação em vigor, o Conselho Pedagógico aprovou as Normas de Avaliação de Conhecimentos para o ano lectivo de 1992-1993. Estas Normas contêm algumas alterações pontuais relativamente às normas vigentes no ano anterior, por se ter entendido que era necessário reajustar alguns dos critérios às necessidades que a prática pedagógica demonstrou existirem. Em alguns outros casos entendeu-se por bem ser-se mais claro e rigoroso na formulação dessas mesmas normas; finalmente, o Conselho deliberou propor à Escola a abolição das segundas chamadas da primeira época, alargando, em contrapartida, o número de exames que os alunos podem realizar na segunda época (Setembro). (À data da publicação deste Guia esta proposta aguarda ainda parecer favorável do Conselho Científico da FLUP e subsequente homologação da Reitoria).

A. MODALIDADES DE AVALIAÇÃO

Artº 1º - Caracterização das modalidades de avaliação

1. Admitem-se as seguintes modalidades de avaliação:
   a. Avaliação contínua.
   b. Avaliação periódica.
   c. Avaliação final.

2. Nos termos do ponto 1 do artigo 5º é permitida a combinação, numa mesma cadeira, da modalidade de avaliação contínua com uma das outras modalidades de avaliação.

3. Além das modalidades de avaliação referidas há ainda o caso particular das disciplinas que funcionam em seminário e que têm requisitos especiais regulamentados nestas normas no artigo 18º.

4. Em disciplinas determinadas pelo respectivo docente poderão existir, em alternativa ou em combinação com outras modalidades, trabalhos de investigação ou de campo definidos nos termos dos artigos 2º e 17º.

5. Em casos determinados em consequência do conteúdo científico da disciplina, pode ser obrigatória a existência de trabalhos de campo ou de investigação.

Artº 2º - Definição inicial da avaliação e sua apresentação

1. No início do ano lectivo, ao apresentar o programa da disciplina, o docente deve comunicar o plano de avaliação e dialogar com os alunos acerca dos seus diferentes aspectos, explicitando de acordo com as disposições respectivas destas normas:

a) Objectivos pedagogico-didácticos;

b) modalidades de avaliação, com referência à existência ou não de avaliação contínua e à forma como, dentro dos limites impostos nestas normas, eventualmente será combinada com outras modalidades;

c) existência ou não de trabalhos de investigação obrigatórios e/ou facultativos;

d) os índices e critérios de ponderação final de cada uma das componentes de avaliação (trabalhos de investigação, trabalhos de campo, diferentes componentes de avaliação nas aulas práticas e teóricas, seja em avaliação periódica, seja em avaliação contínua).

e) o número e o tipo de testes mínimo para a respectiva disciplina na modalidade de avaliação contínua.

2. Aquilo que for definido em 1. deve obrigatoriamente ser registado pelo docente respectivo no livro de sumáro máximo até ao 5º sumário.

3. O plano de avaliação terá em conta as condições concretas de funcionamento de cada disciplina, nomeadamente:

a) número de alunos;

b) número de docentes;

c) natureza da disciplina e conteúdos leccionados.

4. Todos os alunos devem tomar conhecimento desde o início do ano lectivo do plano de avaliação de cada uma das disciplinas em que estão inscritos. Em caso algum poderão invocar desconhecimento desse plano nos momentos de avaliação.

B. AVALIAÇÃO CONTÍNUA

Artº 3 - Tipos de provas

1. A modalidade de avaliação contínua consiste na realização complementar ou em alternativa de vários tipos de provas: trabalhos escritos e

orais, relatórios de leitura ou de trabalho de campo, elaboração de bibliografias críticas, testes escritos e orais, ou outras.

2. Uma das provas tem de ser um teste escrito realizado na própria sala de aula e em presença do docente.

3. Os alunos devem ser e estar claramente informados sobre qual o número mínimo de provas necessárias para a aprovação, conforme o registado no livro de sumários nos termos do artigo 2°.

4. Os alunos devem ser e estar informados sobre todos os elementos de avaliação, incluindo os trabalhos orais e a participação oral nas aulas, assim como dos critérios de ponderação adoptados.

5. As classificações de avaliação contínua devem ser regularmente comunicadas ao aluno e publicadas até uma semana antes do prazo limite de desistência de avaliação contínua.

6. As classificações de avaliação contínua são ponderadas em números inteiros na escala de 0 a 20 para efeitos de afixação nas pautas oficiais, conforme o estipulado no artigo 19° destas normas.

Art° 4 - Funcionamento das aulas

1. A avaliação contínua pode ser realizada em qualquer tipo de disciplina, em turmas cuja frequência média não exceda 35 alunos.

2. O quantitativo referido no ponto anterior pode ser alterado após autorização do Conselho Pedagógico havendo recomendação do docente ou requerimento dos alunos.

3. As disciplinas ou turmas que funcionam no regime de avaliação contínua podem ter aulas durante a interrupção motivada pelas primeiras provas de avaliação periódica, mediante acordo entre professor e alunos.

Art° 5 - Combinação de modalidades de avaliação

1. Caso exista uma nítida distinção entre aulas teóricas e aulas práticas, uma mesma disciplina pode funcionar simultaneamente com dois tipos de avaliação: avaliação periódica ou final relativamente às aulas teóricas; avaliação contínua relativamente às aulas práticas.

2. A ponderação da parte prática e da parte teórica da disciplina deve, neste caso, ser concretamente explicitada nos termos do artigo 2°, sendo responsabilidade do docente indicar o índice de ponderação efectivo de cada uma delas na média final da disciplina.

3. Nas disciplinas em que esse índice não tenha sido efectivamente fixado, cumprindo o disposto no artigo 2°, vigora uma ponderação de 50% para cada uma das componentes, prática e teórica, sendo para tal obrigatória nota mínima de 8 a cada uma das componentes.

4. Na situação prevista no ponto 1, em caso de avaliação negativa (inferior a 8) numa das componentes da disciplina, a classificação positiva da outra componente poderá ser considerada até à época de recurso ou especial do mesmo ano lectivo.

Artº 6 - Exigência de presença às aulas

1. A avaliação contínua obriga à presença do aluno no mínimo em 2/3 das aulas.

2. A presença dos alunos é verificada pela assinatura de folhas de presença, sob a responsabilidade do docente.

3. Na situação do número 1 do artigo 5º, os alunos ficam obrigados a este regime de presenças apenas em relação às aulas práticas.

Artº 7 - Inscrição e desistência

1. A inscrição nesta modalidade de avaliação é feita no decurso do primeiro mês de funcionamento da disciplina.

2. Os alunos podem desistir da avaliação contínua, tendo direito a submeter-se à avaliação final na primeira época, até ao fim do primeiro período de avaliação periódica, no caso das línguas vivas; e até à primeira aula da disciplina a seguir às férias da Páscoa, nas restantes disciplinas.

3. A desistência efectua-se por comunicação escrita, datada e assinada e entregue pessoalmente ao professor.

Artº 8 - Reprovação e direito à época de recurso

1. O aluno que obtenha classificação negativa em avaliação contínua é considerado reprovado, tendo no entanto direito a realizar exame final na época de recurso nas condições fixadas pela lei geral e conforme o estipulado no ponto 5 do artigo 14º.

C. AVALIAÇÃO PERIÓDICA

Artº 9 - Tipos de provas

1. O número de provas a realizar é de duas, sendo uma obrigatoriamente na presença do docente e podendo a outra ser um trabalho realizado fora da aula, desde que previamente acordado entre docente e aluno, nos termos do artigo 2º.

2. Além das disciplinas referidas no ponto um, nas disciplinas em que se entenda necessária a realização de trabalhos práticos ou de campo, estes terão um estatuto próprio e a sua realização deve ser previamente acordada entre docente e alunos, nos termos do artigo 2º.

3. Quaisquer outras provas, orais e escritas, que venham a ser realizadas no âmbito de cada disciplina são facultativas excepto no caso das línguas vivas, conforme o estipulado no artigo 13°, relativo à obrigatoriedade de uma prova oral.

4. As provas só podem incidir sobre matéria leccionada até 8 dias antes da sua realização.

5. Sempre que as classificações das provas que excedam o número mínimo de duas sejam consideradas para efeito de média final, devem ser publicadas em pauta como as restantes.

Art° 10 - Repescagem

1. Os alunos em avaliação periódica têm direito, nas condições abaixo indicadas, a uma prova de repescagem a realizar simultaneamente com a primeira chamada do exame final da época normal.

2. A nota de uma das provas de avaliação periódica tem de ser obrigatoriamente positiva para o aluno poder realizar a prova de repescagem.

3. Os alunos que tenham obtido uma nota igual ou inferior a sete valores numa das provas, ou a ela tenham faltado, têm direito a repescagem sobre a matéria respeitante àquela prova nas condições do ponto 2.

4. Também têm direito a realizar a prova de repescagem os alunos que tenham obtido numa das provas 8 valores, desde que a média final não seja positiva.

5. A nota obtida na prova de repescagem anula a nota da prova que substitui.

6. Em caso algum a prova de repescagem se destina a melhoria de nota.

7. Para que os alunos se considerem aprovados em avaliação periódica, a média final tem de ser positiva e em nenhuma das provas obrigatórias a nota pode ser igual ou inferior a sete valores.

Art° 11 - Inscrição e desistência

1. A inscrição do aluno nesta modalidade de avaliação considera-se efectiva pela sua presença na primeira prova de avaliação periódica.

2. Alunos que não compareçam à primeira prova, mas queiram optar por esta modalidade de avaliação, devem informar o responsável da cadeira até dez dias úteis após o reinício das aulas.

3. Presume-se que um aluno que não cumpra com o disposto em nenhum dos dois pontos acima referidos optou pela modalidade de avaliação final.

4. Um aluno que não compareceu à segunda prova de avaliação periódica perde, por isso, o direito a esta modalidade de avaliação salvo se

comunicar ao professor até três dias úteis após a realização da mesma que tenciona manter-se nesta modalidade.

5. Presume-se que um aluno que não cumpra com o procedimento referido no ponto 4 deste artigo optou pela avaliação final.

6. A desistência de uma prova durante a sua realização equivale à classificação de zero valores.

7. Um aluno que compareça a duas ou mais provas de avaliação periódica perde o direito à desistência desta modalidade de avaliação, não podendo realizar exame final na época normal, excepto nos casos contemplados no ponto 7 do artigo 14°, relativo aos alunos do 4° ano.

Art° 12 - Reprovação e direito à época de recurso

1. O aluno em avaliação periódica que não tenha tido classificação positiva na primeira prova, compareça à segunda e não tenha igualmente classificação positiva nesta ou dela desista, considera-se reprovado.

2. O aluno que obtenha classificação negativa em avaliação periódica é considerado reprovado, tendo no entanto direito a realizar exame final na época de recurso nas condições fixadas pela lei geral e conforme os artigos 14° e 16° das actuais normas.

Art° 13 - Tipos de provas em línguas vivas

1. Sem prejuízo do exposto nos artigos 9°, 10° e 11°, a avaliação periódica consta de dois tipos de provas: escritas e orais.

2. As provas escritas são em número de duas e precedem a oral, obrigando a uma média mínima de nove valores, sendo uma delas obrigatoriamente positiva.

3. Cabe aos docentes fixar o momento de realização, observando o intervalo mínimo de 48 horas (dias úteis) após a fixação dos resultados das provas escritas, segundo o estipulado no art° 20°.

4. A classificação final deve obter-se pela média entre a nota da prova oral e a média alcançada nas provas escritas e segundo o estipulado no artigo 19° destas normas.

5. Em línguas vivas a prova oral funciona sempre como uma prova autónoma com a finalidade de avaliar a capacidade de expressão oral do aluno, não podendo nunca ser entendida como prova de repescagem das provas escritas.

6. Para efeitos de média final nenhuma das três provas realizadas pode ter uma classificação inferior a oito valores.

D. AVALIAÇÃO FINAL

Artº 14 - Tipo de provas

1. O exame final é constituído por uma prova escrita e, se necessário ou requerido, uma prova oral, devendo aquela anteceder sempre esta.

2. Na primeira época de exames finais há apenas uma chamada por cada disciplina, tal como nas épocas de recurso e especial.

3. Nas disciplinas em que seja obrigatória a realização de uma prova prática no exame final, esta poderá ser substituída por um trabalho prático ou de campo previamente realizado ao longo do ano lectivo, desde que para tal haja acordo entre professor e aluno, nos termos do artigo 2º.

4. Os alunos podem realizar exames sem limite quantitativo a qualquer disciplina em regime de avaliação final na época de Setembro.

5. Para os alunos que realizem exames na segunda época (Setembro) como recurso de classificações negativas obtidas na primeira época, em qualquer modalidade de avaliação, existe um limite de duas disciplinas anuais e quatro semestrais.

6. Na época especial (normalmente em dezembro), os alunos podem prestar provas de exame final a duas disciplinas ou quatro semestrais (no máximo), desde que com a aprovação em tais disciplinas reúna as condições necessárias à obtenção de grau ou diploma.

7. Os alunos do 4º ano dos diversos cursos podem realizar recurso da classificação de avaliação periódica ou avaliação contínua na 1ª chamada da 1ª época de exames finais, em alternativa a Setembro.

(Conforme o referido no preâmbulo algumas das claúsulas deste artigo aguardam homologação.)

Artº 15 - Exames para melhoria de classificação

1. Os alunos podem requerer melhoria de classificação apenas uma vez a cada disciplina. Esta melhoria pode ser realizada até à época de recurso do ano lectivo seguinte àquele em que os alunos obtiveram aprovação.

2. Os alunos que desejem fazer exames para melhoria de classificação no ano seguinte àquele em que obtiveram a passagem nas disciplinas respectivas, têm de se cingir aos programas leccionados durante o ano lectivo em que terá lugar o novo exame e de prestar provas com o docente ou docentes que ministrar(em) os referidos programas.

3. Os alunos podem requerer melhoria de classificação relativamente a qualquer disciplina e sem restrição numérica de disciplinas.

4. No exame para melhoria de nota prevalece a classificação mais elevada.

Artº 16 - Provas orais em avaliação final

1. As provas orais devem realizar-se em salas de aula abertas ao público e perante um júri constituído por um número mínimo de dois docentes ligados à área da disciplina.

2. Cabe aos docentes determinar o momento da realização da prova oral, observando o intervalo mínimo de 48 horas (dias úteis) após a afixação da classificação da prova escrita correspondente.

3. A nota mínima de admissão à prova oral é de oito valores, tendo em conta os arredondamentos fixados no artº 19.

4. Os alunos que obtenham na prova escrita nota igual ou superior a dez valores ficam dispensados da prova oral sem que, no entanto, lhes seja vedado requerê-la no prazo de 48 horas (dias úteis) após a afixação da classificação da prova escrita.

5. Sempre que se realize uma prova oral em avaliação final, o resultado será a média obtida entre a nota da prova escrita e a nota da prova oral, arredondada para números inteiros, na escala 0 a 20, segundo o estipulado no artº 19.

6. Nas disciplinas de línguas vivas a prova oral é sempre obrigatória, desde que o aluno tenha obtido nota igual ou superior a 8 valores.

7. O regime de obrigatoriedade da prova oral pode ser estendido a qualquer outra disciplina que não as línguas por decisão do Conselho Pedagógico, sob proposta do responsável pela disciplina e ouvido o Conselho Científico.

E. TRABALHOS DE INVESTIGAÇÃO E SEMINÁRIOS

Artº 17 - Definição de trabalho de investigação

1. Considera-se um trabalho de investigação um trabalho em que haja pesquisa bibliográfica e documental original e individualizada e cuja apresentação e dimensão obedeça a certos requisitos mínimos previamente acordados entre docente(s) e aluno ou grupo de alunos.

2. Os critérios, métodos, prazos e formas de realização devem ser discutidos com o docente no início da realização do trabalho; o docente deve acompanhar de perto a elaboração do trabalho em todos os seus trâmites.

3. Os alunos pertencentes a um mesmo grupo de trabalho podem ter uma classificação diferenciada em função da sua participação individual desde que essa diferenciação seja objectivamente fundamentada e esta possibilidade tenha sido comunicada pelo docente no início do trabalho.

Artº 18 - Seminários

1. Os seminários são disciplinas incluídas nos currícula das licenciaturas e designadas enquanto tal nos termos da legislação em vigor.

2. Para efeitos de avaliação, docente e aluno ficam obrigados a participar num número de reuniões a determinar no início do seminário.

3. A avaliação a realizar nessas reuniões é de natureza qualitativa.

4. Para todos os efeitos consideram-se essas reuniões equivalentes a provas de qualquer outro sistema de avaliação ainda que sem prejuízo dos trabalhos a realizar.

5. Os trabalhos de investigação realizados no âmbito dos seminários obedecem às normas estipuladas no artigo 17.

6. Todas as decisões quanto às modalidades de avaliação, organização e funcionamento do seminário, deverão ficar registadas no livro de sumários, à semelhança do estipulado no artigo 2º.

F - APRESENTAÇÃO DAS CLASSIFICAÇÕES E SUA APLICAÇÃO

Artº 19 - Forma de apresentação das classificações

1. Todas as notas relativas a provas ou a trabalhos que servem de fundamento à classificação final bem como esta última são publicadas sob a forma de nota quantitativa (escala de 0 a 20) em pautas datadas e assinadas pelo docente da disciplina.

2. As classificações afixadas em pauta são apresentadas em números inteiros.

3. Para o cálculo de médias finais as décimas são arredondadas à unidade por defeito até ao meio valor, exclusive, e por excesso a partir do meio valor, inclusive.

4. Quaisquer outras escalas utilizadas pelo docente no âmbito das suas classificações terão de ser convertidas à escala referida nos pontos anteriores para efeitos de classificações finais e periódicas.

Artº 20 - Prazos de afixação das classificações

1. Os resultados da primeira prova de avaliação periódica devem ser afixados até, no máximo, 30 dias antes da realização da segunda prova de avaliação periódica.

2. Os resultados da segunda prova de avaliação periódica devem ser afixados, em dias úteis, até 48 horas antes da realização da prova de repescagem respectiva.

3. Os resultados dos exames devem ser afixados, em dias úteis, até 48 horas antes da realização das provas orais respectivas, com indicação explícita do dia e hora em que estas se realizam.

4. Os resultados das provas orais devem ser afixados no próprio dia em que as provas se realizaram.

5. Os resultados dos exames da segunda época devem ser afixados até 24 horas antes da data do início do prazo das inscrições nas disciplinas do ano lectivo seguinte.

6. Estes prazos vigoram sem prejuízo de quaisquer outros que os Conselhos Pedagógico e Directivo venham a determinar e publicitar em tempo oportuno.

G - CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO E CONSULTA DAS PROVAS

Artº 21 - Consulta das provas

1. Os alunos têm direito de consultar as suas provas e outros elementos de avaliação depois de classificadas, desde que na presença do docente.

2. Em caso de prestação de prova oral os alunos têm o direito de conhecer a classificação da prova escrita correspondente.

3. Caso o Conselho Pedagógico considere existir alguma irregularidade processual nas classificações ou lhe seja remetido algum requerimento apontando tais irregularidades, tomará as providências que entender necessárias no sentido de resolver a situação.

Artº 22 - Condições de prestação de provas e casos de fraude

1. No início de cada prova o docente deve informar claramente os alunos acerca das condições de prestação da prova.

2. Em caso de fraude comprovável o docente deve anular a prova e comunicar o facto ao Conselho Pedagógico.

3. Caso haja apenas suspeitas de fraude deve o docente comunicar todas as informações sobre a sua fundamentação ao Conselho Pedagógico, o qual tomará posição depois de ouvidas todas as partes envolvidas.

4. No caso de fraude grave comprovada o Conselho Pedagógico comunicará o facto à secção disciplinar do Senado Universitário.

Artº 23 - Identificação dos alunos no momento de prestação de provas

1. Os docentes encarregados de vigiar quaisquer provas têm o direito de exigir aos alunos documento comprovativo da sua identidade.

2. Os docentes encarregados de vigiar provas de avaliação periódica e exames finais devem fazer circular uma folha de presenças e recolher as assinaturas de todos os alunos presentes; essa folha de presenças devidamente datada e rubricada, deve ser entregue ao docente responsável da disciplina juntamente com as provas respectivas.

H - CALENDÁRIO DE PROVAS

Art° 24 - Direito a reclamação relativa ao calendário de provas

1. Dadas as dificuldades na elaboração do calendário nos cursos com múltiplas variantes, está previsto um prazo para reclamações relativas a coincências de provas de disciplina do mesmo ano. O prazo é de 48 horas (dias úteis) depois de afixados o calendário das provas.

2. As reclamações devem ser dirigidas ao Presidente do Conselho Pedagógico e entregues à Secretaria da Faculdade; o Presidente do Conselho Pedagógico delegará num ou mais membros deste Conselho o poder de resolução destas situações.

****

Calendário das provas em 1992-1993
(Aprovado na reunião do Conselho Pedagógico de 12.07.91)

Avaliação periódica:
Primeiras provas: de 25 de Janeiro a 13 de Fevereiro de 1993 (Reinício de aulas: 15 de Fevereiro de 1993)
Segundas provas: de 31 de Maio a 19 de Junho de 1993
Fim de aulas: 28 de Maio de 1993

Exames finais:
Época normal: de 21 Junho a 10 de Julho de 1993.
Época de recurso: de 6 a 22 de Setembro de 1993

****

PUBLICAÇÕES:

1. REVISTAS

Revista de Faculdade de Letras:

História, II série: 1984 ss.

Filosofia, II série: 1985 ss.

Línguas e Literaturas, II série: 1984 ss.

Geografia, 1985 ss.

Portugalia (Instituto de Arqueologia), nova série, 1980 ss

Runa, Revista Portuguesa de Estudos Germanísticos (Coedição do Instituto de Estudos Germanísticos da FLUP), 1984 ss.

Revista Portuguesa de Estudos Anglo-Americanos (Associação Portuguesa de Estudos Anglo-Americanos, Faculdade de Letras da Universidade do Porto), 1990 ss.

2. OUTRAS PUBLICAÇÕES:

Bibliografia Cronológica da Espiritualidade em Portugal. 1501-1700, Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Cultura Portuguesa, "Línguas e Literaturas - Anexo II", 1988

Duas Línguas em Contraste: Português e Alemão. Actas do 1º Colóquio Internacional de Linguística Contrastiva Português-Alemão (Faculdade de Letras do Porto, Outubro de 1988), Porto, Faculdade de Letras-Instituto de Estudos Germanísticos, "Línguas e Literaturas - Anexo III", 1989

FARDILHA, Luís Fernando de Sá - Poesia de D. Manoel de Portugal. I - Prophana, Edição das suas fontes, Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Cultura Portuguesa, "Línguas e Literaturas - Anexo IV", 1991

"Fundo Primitivo" da Biblioteca Central. 1919-1928, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1989

Problemáticas em História Cultural (Faculdade de Letras do Porto, Outubro de 1986), Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Cultura Portuguesa, "Línguas e Literaturas - Anexo I", 1987

3. TRABALHOS PUBLICADOS EM COLABORAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES:

FERNANDES, José Alberto V. Rio - A Foz. Contribuição para o Estudo do Espaço urbano do Porto, Porto, INIC/FLUP, 1985

HOMEM, Armando Luís de Carvalho - O Desembargo Régio (1230-1433), Porto, INIC/Centro de História (UP), "História Medieval - 5", 1990

MARQUES, Helder - Região Demarcada dos Vinhos Verdes. Ensaio de Geografia Humana, Porto, INIC/FLUP, 1985

MARQUES, João Francisco - A Parenética Portuguesa e a Dominação Filipina, Porto, INIC/Centro de História (UP), "História - 6", 1986

MARQUES, João Francisco - A Parenética Portuguesa e a Restauração - 1640-1668; 2 vols., Porto, INIC/Centro de História (UP), "História Moderna e Contemporânea - 2", 1988

PINTO, Maria da Graça Lisboa Castro - Abordagem a Alguns Aspectos da Compreensão Verbal na Criança. Estudo Psicolinguístico do "Token Test" e de Materiais de Metodologia Complementar, Porto, INIC/Centro de Linguística (UP), "Linguística - 8", 1988

3.1. Com o NÚCLEO DE ESTUDOS FRANCESES DA UNIVERSIDADE DO PORTO:

3.1.1. REVISTA:

Intercâmbio, 1990

3.1.2. OUTRAS PUBLICAÇÕES:

BRITO, Ferreira de - Nas Origens do Teatro Francês em Portugal, Porto, Núcleo de Estudos Franceses da Universidade do Porto, 1989

BRITO, Ferreira de - Revolução Francesa. Emigração e Contra-Revolução, Porto, Núcleo de Estudos Franceses da Universidade do Porto, 1989

BRITO, Ferreira de - Voltaire na Cultura Portuguesa. Os Tempos e os Modos, Porto, Núcleo de Estudos Franceses da Universidade do Porto, 1991

3.2. Com a BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO:

EIRAS, Adriano - Faculdade de Letras do Porto 1919-1931. Contribuição para a sua História, Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1989

PUBLICAÇÃO DE ACTAS DE COLÓQUIOS E CONGRESSOS REALIZADOS OU PARTICIPADOS PELA FLUP:

O Porto na Época Moderna (Faculdade de Letras do Porto, Novembro de 1979), "Revista de História", Porto, INIC/Centro de História UP, vol. II, 1979, vol. III, 1980

Colóquio Inter-Universitário de Arqueologia do Noroeste (Novembro de 1983), "Portugalia", Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Arqueologia, nova série, IV-V, 1983-1984

I Jornadas de Estudo Norte de Portugal - Aquitânia (Faculdade de Letras do Porto, Novembro de 1984), Porto, Centro de Estudos Norte de Portugal - Aquitânia (CENPA), 1986

II Jornadas Luso - Espanholas de História Medieval (Novembro de 1985), 3 vols., Porto, Centro de História UP/INIC, 1987, 1989

Problemáticas em História Cultural (Faculdade de Letras do Porto, Outubro de 1986), Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Cultura Portuguesa,

"Línguas e Literaturas - Anexo I", 1987

I Congresso de Literaturas Marginais (Faculdade de Letras do Porto, Abril de 1987) (No prelo)

Victor Hugo e Portugal. Actas do Colóquio (No Centenário da sua Morte) (Faculdade de Letras do Porto, Maio de 1987), Porto, Ed. subsidiada pela Fundação Eng. António de Almeida e pela Fondation Calouste Gulbenkian, 1987

Colóquio Comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor (Faculdade de Letras do Porto, Outubro de 1986), Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Estudos Ingleses, 1988)

La Sociologie et les Nouveaux Défis de la Modernisation (Faculdade de Letras do Porto, Maio de 1987), Porto, Association Internationale des Sociologues de Langue Française - Secção de Sociologia da Faculdade de Letras do Porto, 1988)

Congresso Internacional "Bartolomeu Dias e a sua época", 5 vols., Porto, Universidade do Porto - Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1989

Encontro de Literatura Suiça (Faculdade de Letras do Porto, Maio de 1989), Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Estudos Germanísticos, 1989

Eça e "Os Maias", I Encontro Internacional de Queirosianos (Faculdade de Letras do Porto, Novembro de 1988), Porto, Edições ASA, 1990

OUTRAS PUBLICAÇÕES DA FACULDADE (Divulgação interna):
CONSELHO DIRECTIVO:

Guia do Estudante, Porto, 1980/81 ss.

Faculdade de Letras, 1988-1989, Porto, 1989

Dissertações Académicas, Porto, 1991

PUBLICAÇÕES DO CENTRO DE ESTUDOS NORTE DE PORTUGAL - AQUITÂNIA (CENPA):

I Jornadas de Estudo Norte de Portugal - Aquitânia, Porto, Universidade do Porto - Centro de Estudos Norte de Portugal - Aquitânia, 1986

PEREIRA, Gaspar Martins - O Douro. A Vinha, o Vinho e a Região de Pombal a João Franco, Porto, Centro de Estudos Norte de Portugal - Aquitânia, 1990

PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES DA FACULDADE DE LETRAS DO PORTO (AEFLUP):

1. Revista

Humanidades, 1982 ss.

PROGRAMAS

NOTA: Os programas que se seguem encontram-se aprovados pelo Conselho Científico para o ano lectivo de 1992-93. As indicações constantes das bibliografias são da responsabilidade dos respectivos docentes.

INTRODUÇÃO ÀS CIENCIAS DA EDUCAÇÃO

Docentes: Prof. Doutor Adalberto Dias Carvalho
Drª Eugénia Vilela
Drª Paula Cristina Pereira
Drª Maria João Couto
Drª Elsa Cerqueira

1. Problemática histórica e sociológica

1.1. A educação como um direito social e humano.

1.2. A isntitucionalização escolar da educação.

1.2.1. Algumas teses sobre o estatuto da escola

1.3. A relação Escola/Cultura/Sociedade: as principais perspectivas da Sociologia da Educação.

1.3.1. O papel da cultura escolar.

1.4. Génese e desenvolviemnto dos modelos educativos e escolares:

1.4.1. Matrizes culturais da educação contemporânea.

1.4.2. Evolução do estatuto da função docente e a emergência de um saber educacional específico.

2. Problemática pedagógica

2.1. A crise da pedagogia tradicional: seu sentido e actualidade.

2.2. O debate pedagogias da essência/pedagogias da existência; directividade/ não directividade; pedagogias da hetero- estruturação, da autoestruturação e da interestruturação.

2.3. Características e significado das pedagogias do projecto.

2.4. A formação de professores: o desafio da formação-inves-tigação.

2.5. Por uma pedagogia da complexidade ...

3. Problemática epistemológica

3.1. Aspectos da evolução recente da investigação educacional.

3.1.1. O processo de definição da educação como objecto de estudo científico.

3.1.2. O debate qualitativo-quantitativo.

3.2. Quadro geral das Ciências da Educação.

3.2.1. A questão da identidade, da autonomia e da abertura das Ciências da Educação.

4. Problemática antropológica
4.1. A educabilidade como dimensão antropológica.
4.2. Reprodução, criatividade e cultura escolar.
4.3. Projecto e utopia.
4.4. O corpo social e o corpo pedagogizado.
4.5. Razão e imaginação.
4.6. Liberdade e autoridade.
4.7. Recompensas e punições: um sentido antropológico.

BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA

AVANZINI, G - A pedagogia no século XX, Lisboa, Moraes, 1978.

CARVALHO, A.- Epistemologia das Ciências da Educação, Porto, Afrontamento, 1988.

CLAUSSE, A.- A relatividade educativa. Esboço de uma história e de uma filosofia da escola, Coimbra, Almedina,1976.

DE LANDSHEERE, G.- A investigação experimental em Pedagogia, Lisboa,Publicações D. Quixote, 1986.

FORQUIN, J.C. - École et Culture, Bruxelas, Ed. de Bocck--Wesmaes, 1989

MIALARET, G. - As Ciências da Educação, Lisboa, Moraes, 1976.

NÓVOA, A. - Le temps des Professeurs

NOT, L.; BRU, M. (sob direcção de) - Où va la pédagogie du project?,Toulouse, Ed. Universitaire du Sud, 1987.

NOT, L. (sob direcção de) - Une science spécifique pour l'éducation?, Toulouse, Publi. de L'Univ. de Toulouse-le-Mirail, 1984.

RESWEBER, J. P. - Les pédagogies nouvelles, Paris, P.U.F., 1986.

SYNDERS, G. - Para onde vão as pedagogias não directivas?, Lisboa, Moraes, 1976.

SUCHODOLSKI, B. - A pedagogia e as grandes correntes pedagógicas,Lisboa, Livros Horizonte, 1972.

ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CURRICULAR

Docentes: Drª Fernanda Figueira
Dr. Raul Cunha
Drª Olga Lima
Dr. Luís Antunes

I. Introdução

Sem preterir a vertente pragmática, implícita no âmbito da teoria curricular, quer a nível da organização, quer do seu desenvolvimento, pareceu-nos conveniente reforçar a componente teórica. Tal orientação coloca-nos em sintonia com o pensamento de L. STENHOUSE, segundo o qual o professor deve aliar à prática lectiva a investigação.

KEMMIS insiste neste ponto que é, de resto, o fundamento de uma das várias metateorias da teoria curricular.

O professor carece de uma sólida base teórica que lhe permita investigar num campo - o da educação - onde permanecem "black boxes" plurais, cujo interior pode e deve ser pesquisado.

É claro que este rumo implica sólido investimento na investigação científica.

A disciplina de Organização e Desenvolvimento Curricular, abrngendo, de certa forma, todo o sistema de ensino, proporciona um espaço de análise crítica do processo de ensino-aprendizagem, sensibilizando os novos docentes para a necessidade de racionalizarem e sistematizarem cientificamente o seu ensino.

II. Objectivos

- Desenvolver atitudes de reflexão e de investigação científica.
- Reflectir sobre os actuais modelos de educação.
- Relacionar educação com o processo ensino-aprendizagem.
- Adquirir os conhecimentos fundamentais do Currículo, seus fundamentos, desenvolvimento e avaliação.
- Analisar os diferentes modelos de ensino.
- Compreender a existência das várias orientações curriculares.
- Justificar, a partir da teoria curricular, as decisões na acção didáctica.
- Aplicar o processo de desnvolvimento curricular a situações concretas.

III. Conteúdos Programáticos

1. Análise sistémica da Educação.

1.1. A T.G.S.

1.2. A sistémica como tecnologia.

1.3. A entropia e a redundância.

1.4. Sistémica e modelos.

1.5. Educação sistémica e comunicação.

2. Problemática conceptual do currículo.

2.1. Natureza e teoria do currículo.

2.2. Metateorias da teoria curricular.

2.3. Metateorias, teorias do currículo e reprodução cultural.

2.4. Os códigos curriculares.

2.5. Conceitos de currículo.

2.6. Componentes do currículo: objectivos, conteúdos, estratégias, planificação e avaliação.

3. Organização e desenvolvimento curricular.

3.1. Modelos de organização e de desenvolvimento curricular.

3.2. Modelos teóricos.

3.2.1. Modelos de TYLER e de TABA.

3.2.2. Modelos sistémicos.

3.2.3. Modelo integrador.

3.3. Desenvolvimento curricular e formação de professores.

3.4. Organização escolar.

BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL

APPLE, M. W. - Ideologia y Curriculo, trad. Rafael Lassaletta, Madrid, Akal, 1986

BALLANTI, G. - Modelli di Apprendimento e schemi di insegnamento, Teramo, Lisciani e Giunti, 1989

CORTESÃO, L.; TORRES, M. - Avaliação pedagógica I e II, Col. Ser professor, Porto, Porto Editora, 1983

D'HAINAUT, L. - Educação. Dos fins aos objectivos, Coimbra, Almedina, 1980

KELLY, A.V. - O currículo: teoria e prática. S. Paulo, Habra, 1980

LANDSHEERE, V.; LANDSHEERE, G. - Definir os objectivos da educação, Lisboa, Morais, 1977

LANDSHEERE, G. - Avaliação Contínua e Exames: Noções de Docimologia, Coimbra, Almedina, 1979

MARAGLIANO, R.; VERTECCHI, B. - La programmazione didattica, Roma, Riuniti, 1986

POCZTAR, J. - Analyse systémique de l'éducation: essai, Paris, E.S.F., 1989

STENHOUSE, L. - An introduction to curriculum research and development, London, H.E.B., 1981

TENBRINK, T. - Evaluation: a practical guide for teachers, New York, Mc Graw-Hill, 1984

ZABALZA, M. A. - Diseño y desarrollo curricular, Madrid, Narcea, 1987

NOTA. A bibliografia específica será oportunamente fornecida.

PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E DA APRENDIZAGEM

Docentes: Prof. Doutor Leandro S. Almeida
Drª Fernanda Martins
Dr. Eurico Marques da Silva
Drª Bárbara Figueiredo
Drª Fátima Morais

1. Objectivos gerais

- Situar o estudo da adolescência no âmbito da Psicologia do Desenvolvimento.
- Identificar as principais características da adolescência.
- Analisar as implicações do conhecimento da Psicologia da Adolescência na prática educativa.
- Identificar as principais Teorias da Aprendizagem e suas implicações psicopedagógicas;
- Relacionar aprendizagem e desenvolvimento como componentes de um estudo global do adolescente em situação educativa.
- Aplicar os conhecimentos a situações de ensino/aprendizagem.

2. Conteúdo programático

I. Psicologia e Educação.

1. Objecto e método da Psicologia: a Psicologia como ciência experimental.
2. Correntes actuais da Psicologia.
3. A Psicologia na formação de professores.

II. Psicologia do Desenvolvimento.

1. Teorias do desenvolvimento humano e suas implicações educacionais.
2. Abordagem desenvolvimento psicológico até à puberdade.
3. Abordagem específica do desenvolvimento do Adolescente.
3.1. Introdução à adolescência.
3.1.1. Perspectiva histórica e antropológica.
3.1.2. A Adolescência no ciclo de vida.
3.2. Dimensões do Desenvolvimento na Adolescência.
3.2.1. Desenvolvimento físico e psico-sexual.

3.2.2. Desenvolvimento cognitivo.
3.2.3. Desenvolvimento interpessoal/moral.
3.2.4. Desenvolvimento sócio-emocional.
3.2.5. Desenvolvimento vocacional e Identidade.
3.3. Problemas do desenvolvimento na adolescência.
3.4. Desenvolvimento psicológico do jovem-adulto.

III. Psicologia da Aprendizagem.
1. Definição e características da aprendizagem.
2. Principais concepções de aprendizagem e suas implicações educativas.
2.1. Teorias Comportamentais.
2.2. Teoria Humanistas.
2.3. Teorias Cognitivas.
3. Programas de facilitação da aprendizagem.
3.1. Programas de competência de estudo.
3.2. Programas de treino de funções cognitivas.

BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL

BEE, H.- A criança em desenvolvimento, S. Paulo, Harper & Row do Brasil, 1984

CLAES, M.- Os problemas da Adolescência, Lisboa, Verbo, 1985

GALLATIN, J.- Adolescência e Individualidade, S. Paulo, Harper & Row do Brasil, 1978

PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W. - O mundo da criança: da infância à adolescência, S. Paulo, Mc Graw Hill do Brasil, 1981

PIAGET, J.- Os seis estudos de psicologia, Lisboa, Ed. D.Quixote, 1974

SNOWMAN, B.- Psychology Applied to Teaching, Boston, Houghton Mifflin Company, 1986

SPRINTHALL, N.; COLLINS, A. - Adolescent Psychology: a Developmental view, New York, Random House, 1984

SPRINTHALL, N.; SPRINTHALL, R. - Educational Psychology: a Developmental Approach, New York, Random House, 1981

TAVARES, J.; ALARCÃO, I - Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem, Coimbra, Almedina, 1985

METODOLOGIA DO ENSINO DA HISTÓRIA

O programa será oportunamente entregue pelo docente.

METODOLOGIA DO ENSINO DA FILOSOFIA

Docente: Drª Maria Florinda Albergaria
Drª Maria Isabel Aguiar

Finalidades

No pressuposto de que saber e saber ensinar não são coincidentes e de que o uso pedagógico de um não saber não decorre espontaneamente da posse desse saber mas exige, a par de uma fundamentação teórica do acto de ensinar, aquisição de técnicas e processos metodológicos especializados, as finalidades que este programa se propõe atingir são:

- favorecer uma reflexão crítica sobre o acto pedagógico, na perspectiva da filosofia;
- propiciar a integração da informação científica pré-existente no quadro das exigências do ensino da Filosofia;
- estimular a aquisição das competências didácticas requeridas pelo ensino da Filosofia;
- suscitar a emergência de atitudes e competências no sentido da auto-formação futura.

Objectivos

Pretende-se que, no final do curso, o aluno seja capaz de:

- compreender o sentido e a importância do acto pedagógico;
- analisar criticamente o lugar e o papel do ensino da Filosofia no contexto curricular;
- consciencializar as potencialidades interdisciplinares da Filosofia;
- analisar a estrutura, finalidades e conteúdos dos programas, quaisquer que sejam;
- mobilizar os conhecimentos científicos de que dispõe, no quadro das exigências programáticas;
- explicitar as metodologias de ensino mais adequadas à aprendizagem da Filosofia;
- analisar as estratégias e as técnicas utilizáveis no ensino da Filosofia;
- reconhecer a importância da avaliação para o ajustamento da prática pedagógica.

Esquema programático

I. Introdução

A relação pedagógica e os seus elementos: perspectiva psicológica, sociológica e institucional.

II. Didáctica da Filosofia e sua especificidade.

1. A Filosofia no curriculum do ensino secundário.

1.1. Fundamentos do ensino da Filosofia.

1.2. Problemas do ensino da Filosofia: formação e informação.

1.3. Relação da Filosofia com as outras disciplinas.

1.4. Programas de Filosofia.

1.4.1. Referência à sua evolução no contexto do Sistema Educativo.

1.4.2. Análise estrutural e crítica dos programas mais recentes.

1.5. Finalidades e objectivos.

2. Os instrumentos didácticos em Filosofia.

2.1. Planificação didáctica: a articulação de objectivos, conteúdos e estratégias.

2.2. Execução didáctica.

2.2.1. Métodos filosóficos e métodos pedagógicos.

2.2.2. O diálogo em Filosofia.

2.2.3. Estratégias didácticas: a lição, o trabalho de texto, o trabalho de grupo, o trabalho dirigido, os audio-visuais.

2.2.4. Meios auxiliares da didáctica da Filosofia.

2.3. Avaliação: princípios fundamentais e especificidade da avaliação em Filosofia.

BIBLIOGRAFIA

BARBOSA, Beatriz R. - Filosofia, Pedagogia e Didáctica I e II, Coimbra, Ed. do Autor, 1984 e 1988

CAMPOMANES, César Tejedor - Didáctica de la Filosofia. Perspectivas y Materiales. Ed. S.M., Madrid, 1984

CORTESÃO, Luísa - Avaliação Pedagógica II, Porto, Porto Editora, s/d.

DUARTE, Manuel D. - Objectivos, Estratégias e Avaliação no Secundário. O Exemplo da Filosofia, Lisboa, Livros Horizonte 1982

ENTONADO, Florentino B. e outros - Didáctica General, Madrid, Anaya, 1983

FEY, Eduardo - O ensino da Filosofia, Separata "Brotéria", vol. 107, 1978

GILOT, Fernando - Do Ensino da Filosofia, Lisboa, Livros Horizonte, 1976

IZUZQUIZA, Ignacio - La Clase de Filosofía como Simulación de la Actividad Filosófica, Madrid, Anaya, 1982

NEVES, Eduíno; GRAÇA, Marina - Princípios Básicos de Prática Pedagógico-Didáctica, Porto, Porto Editora, 1987

POSTIC, Marcel - A Relação Pedagógica, Coimbra, Coimbra Editora, 1984

SANTIUSTE, Victor; VELASCO, Francisco G. de - Didáctica de la Filosofía, Madrid, Narcea 1984

SANTOS, Delfim - Da Filosofia, Lisboa, Livros Horizonte, s/d.

VÁRIOS - États Généraux de la Philosophie, Paris, Flammarion, 1979

"- GREPH - Qui a peur de la Philosophie?, Paris, Flammarion, 1977

METODOLOGIA DO ENSINO DA GEOGRAFIA

Docente: Drª Maria Helena Ramalhão Dias Ramalho

1. Finalidades

A preparação dos professores de Geografia implica necessariamente a aquisição de princípios de ordem metodológica que, pela sua importância e actualidade, constituem os fundamentos e as bases de toda a formação pedagógica.

Como a Geografia não constitui uma área isolada do saber, a referida preparação terá que incidir não só nos seus princípios metodológicos específicos, mas também em princípios comuns a outras disciplinas, indispensáveis a um bom entendimento e a um eficaz desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

Verifica-se assim a existência de uma diversidade de situações a contemplar num programa de Metodologia da Geografia, cuja finalidade última consiste em procurar que aqueles a quem se destina consigam estabelecer uma articulação coerente entre as Ciências da Educação e a prática pedagógica.

2. Esquema conceptual

O professor de Geografia deve possuir um conjunto de conhecimentos de natureza pedagógica que, ao serem postos em prática, possibilitem o desenvolvimento de actividades conducentes à formação dos educandos.

3. Objectivos

- Reflectir sobre a actividade profissional do professor de Geografia.
- Reflectir sobre o valor formativo da Geografia.
- Analisar o estatuto da Geografia enquanto disciplina curricular.
- Dominar os fundamentos de natureza psicológica e sociológica que servem de apoio a uma Pedagogia geográfica.
- Analisar o contributo da Geografia para a Educação Ambiental.
- Dominar os conhecimentos relativos aos conteúdos geográficos inerentes aos planos de estudos.
- Integrar os conteúdos geográficos no todo dos programas, valorizando os aspectos interdisciplinares e transdisciplinares.
- Diferenciar os métodos e as técnicas utilizadas no ensino da Geografia.
- Participar em trabalhos conducentes à aplicação dos recursos mais frequentes utilizados no ensino da Geografia.
- Planificar, tendo em conta os programas de Geografia.

- Comparar estratégias diversificadas no ensino-aprendizagem da Geografia.

- Aplicar técnicas de expressão e comunicação utilizadas em Geografia.

- Analisar formas de observação dos alunos na sala de aula.

- Elaborar testes e outros tipos de provas com o fim de serem avaliadas as aprendizagens.

- Interpretar os resultados obtidos nessas provas.

- Mobilizar todos os recursos disponíveis com vista à realização de trabalhos de campo, enquanto actividades interdisciplinares privilegiadas e elementos de desenvolvimentos dos conhecimentos geográficos.

- Desenvolver os conhecimentos, métodos e técnicas adquiridos numa perspectiva de autoformação permanente, enquanto professor de Geografia.

4. Conteúdos

Introdução: Ser professor de Geografia.

I Parte: Valor educativo da Geografia:

- Importância da Geografia no campo formativo.
- Fundamentos de uma Pedagogia geográfica.

II Parte: Organização do ensino da Geografia:

- Programas; articulação; interdisciplinaridade.
- Métodos e técnicas de ensino.
- Planificação da lição de Geografia: objectivos; conteúdos; estratégias; recursos de utilização mais frequente.
- Avaliação: observação e avaliação; tipos de avaliação; elaboração de instrumentos de avaliação; interpretação dos resultados.
- Trabalho de campo.

5. Formas de actuação

Serão analisados os temas constituintes do programa, utilizando-se estratégias variadas que possam dar aos alunos uma visão ampla das diversas formas de actuação de um professor na sala de aula.

6. Avaliação

Proceder-se-á conforme as normas gerais de avaliação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL

ALEXANDRE, F. e DIOGO, J. - Didáctica da Geografia, Lisboa, Texto Editora, 1990

BAILEY, P. - Didáctica de la Geografia, Madrid, Editorial Cincel, 1985

BRITO, Raquel S. e POEIRA, Maria de Lurdes - Didáctica da Geografia, Lisboa, Universidade Aberta, 1991

DEBESSE-ARVISET, M. L. - A educação geográfica na escola, Coimbra, Livraria Almedina, 1978

FERNANDEZ, Salvador Aldana - Didáctica de las Ciências Humanas - Geografia, Alcoy, Editorial Marfil, 1982

GRAVES, Norman J. - La enseñanza de la Geografía, Madrid, Visor Libros, 1985

IBÁÑEZ, R. - Interdisciplinaridad y ensenãnza en equipo, Madrid, Ed. Paraningo, 1978

Manual da Unesco para o Ensino da Geografia, Lisboa, Editorial Estampa, 1978

NEVES, Eduíno; GRAÇA, Marina - Princípios básicos da prática pedagógico-didáctica, Porto, Porto Editora, 1987

RIBEIRO, L. - Avaliação da aprendizagem, Lisboa, Texto Editora, 1989

Nota: Bibliografia específica para os assuntos a tratar será comunicada na altura adequada.

METODOLOGIA DO ENSINO DO PORTUGUÊS

Docentes: Drª Aida Santos
Drª Olívia Figueiredo

A. Objectivos.

Dada a complexidade do ensino/aprendizagem da língua materna, na sua dupla vertente - ensino da língua/ ensino do texto literário -, e considerando o papel predominante da língua materna no ensino em geral, impõe-se uma relação muito estreita entre a teorização de certas problemáticas e a prática pedagógica enquanto objecto fundamental da disciplina em questão.

A presente proposta de programa, destinando-se a futuros professores de Português do ensino secundário (7º-12º Anos de Escolaridade), tem como objectivos:

I. Gerais

1. Compreensão do valor formativo - cognitivo e sócio-afectivo do ensino da língua materna.

2. Compreensão da relação da língua materna com o ensino /aprendizagem das outras áreas disciplinares curriculares.

3. Preparação para a actividade docente, através do equacionamento das variáveis complexas do acto pedagógico.

II. Específico.

Preparação para a planificação, execução e avaliação de aulas de Português, com vista a uma gestão competente dos programas nos vários níveis/anos de escolaridade.

B. Conteúdos programáticos.

I. Situação actual do ensino do Português.

1. Problematização dos objectivos do ensino da língua materna.
2. Análise dos programas oficiais.
3. Apreciação crítica de manuais disponíveis.

II. Problemas teórico-metodológicos

1. Curso Unificado.

1.1. A problemática da leitura: texto não literário/texto literário.

1.2. A pedagogia da escrita.

1.3. Instrumentos de análise: gramática de frase/gramática de texto.

2. Cursos complementares.
2.1. Relação ensino da língua/ensino do texto literário.
2.2. Relação teoria/metodologias.
2.3. Didáctica da literatura: géneros literários; periodização.

III. Prática pedagógica.
Planificação de unidades didácticas nos vários níveis do curso unificado e dos cursos complementares.

IV. Avaliação.
A problemática da avaliação na aula de língua materna.

BIBLIOGRAFIA

BRONCKART, J.P. - Le Fonctionnement des discours, Paris, Delachaux & Niestlé, 1985
CHARMEUX, E. - L'écriture à l'école, Paris, CEDIC, 1983
"- La lecture à l'école, Paris, CEDIC, 1975
FERNANDEZ, A. et alii - Didáctica del lenguage, Barcelona, Ceac, 1982
HOSS, M. da C. - Prática de Ensino da Língua Portuguesa, S. Paulo, Ed. McGraw Hill, 1977
PETITJEAN, A. - Pratiques d'écriture. Paris, CEDIC, 1982
"- De la Lecture à l'Écriture. Paris, CEDIC, 1984
PORQUIER, R.; BESSE, H. - Grammaires et didactiques des langues, Paris, LAL, 1984
VIGNER, G.- Écrire, Paris, CLE International, 1982

Nota: Ao longo do curso serão fornecidas indicações complementares de livros e revistas.

METODOLOGIA DO ENSINO DO FRANCÊS

Docentes: Drª Odete Santos
Drª Rosa Bizarro

1. Metodologia do Ensino do Francês/Didáctica do Francês: que definição?

O que caracteriza a Didáctica, em geral, é a natureza complexa das relações que estabelecem, no seu campo, os elememtos necessários à sua legitimação, importados, estes de um conjunto de domínios de saber, no qual a hegemonia pertence, naturalmente, à disciplina de que ela assegura a pedagogização.

Assim sendo, a Didáctica das Línguas recorre fundamentalmente à Linguística e às Teorias da Comunicação, enquanto disciplinas fundadoras da sua legitimidade. Cruzam-se com elas, as disciplinas desempenham um papel instrumental na pedagogização de qualquer domínio de saber: a Psicologia e a Sociologia - as quais, combinadas com a Linguística, constituem respectivamente a Psicolinguística e a Sociolinguística -, a Psicologia Cognitiva, a Pedagogia, etc.

A rede de relações estende-se, depois, pelo recurso às disciplinas que intervêm no ensino do texto: a Literatura, a Semiótica, a Linguística Textual, a Filosofia.

Este leque já tão diversificado de "apports" enriquece-se com os conceitos e noções que sustentam o ensino da(s) Cultura(s) e da Civilização: a História, a Geografia, a História da Arte, a Economia, etc.

O discurso da Didáctica das Línguas surge, assim, como um discurso transversal a esses domínios de saber e é a comunidade de interesses com todos eles que dá unidade ao seu campo e lhe demarca as fronteiras.

2. Objectivos do Curso de Metodologia do Ensino do Francês.

2.1. Colaborar na formação da consciência deontológica que há-de orientar as futuras vidas profissionais dos formandos.

2.2. Formar, no futuro professor, a consciência do valor formativo do ensino/aprendizagem do Francês, Língua estrangeira, na dupla vertente instrumental e cultural.

2.3. Despertar, no formando, a apetência pela autoformação (inicial e contínua), através da gestão e racionalização autónomas do estudo e pesquisa que deverão orientar a sua vida profissional futura.

2.4. Levar o formando a construir o quadro teórico- metodológico específico da Didáctica da Língua estrangeira, em articulação com as restantes áreas das Ciências da Educação que integram o seu plano de estudos do Ramo

Educacional, em ordem à consciencialização do porquê das práticas pedagógicas peculiares ao ensino/aprendizagem do Francês.

3. Conteúdos do Curso de Metodologia do Ensino do Francês.

3.1. A componente teórica da Didáctica: a Didactologia.

3.1.1. Enquadramento histórico, económico, sociopolítico e cultural dos diversos modelos pedagógicos do ensino/aprendizagem do Francês, numa perspectiva crítica que opere dentro dos seguintes parâmetros:

- Objectivos.
- Conteúdos.
- Estratégias/actividades.
- Problemática do acesso ao sentido em língua estrangeira.
- Relação pedagógica professor/aluno.

3.1.2. Tendências actuais da Didáctica do Francês: o eclectismo que tende a compatibilizar elememtos teórico-práticos saídos dos diversos modelos pedagógicos: modelo tradicional, métodos estruturoglobais (M.A.V.), paradigma comunicacional, pedagogia do projecto.

3.1.3. A introdução da componente cultural e intercultural (perspectiva do Conselho da Europa) no ensino/aprendizagem do Francês

3.2. Áreas teórico-metodológicas.

3.2.1. A prática oral da comunicação, na dupla vertente: recepção e produção.

3.2.2. A leitura na sua relação com a produção escrita:

- Tipos de leitura.
- Tipologia de textos.
- Estratégias de leitura.

3.2.3. A gramática de frase e a gramática de texto.

3.2.4. A Pedagogia do erro.

3.2.5. O ensino/aprendizagem das línguas e das culturas.

4. A componente prática do Curso de Metodologia do Ensino do Francês.

4.1. Compreensão / produção de discursos.

4.1.1. Elaboração de análises de vários tipos de textos orais e escritos.

4.1.2. Aplicação, a textos considerados "documentos autenticos", dos princípios pedagógicos que se lhes adequam.

4.2. Materiais de ensino/aprendizagem.

4.2.1. Elaboração de fichas de leitura, de observação / avaliação de actividades de aula e outras.

4.1.3. Elaboração de exercícios comunicativos e/ou gramaticais.

4.1.4. Construção e exploração pedagógica de materiais audiovisuais.

5. Planificação de unidades didácticas para os vários níveis de ensino/aprendizagem do Francês.

5.1. Elaboração de análises críticas sobre os conteúdos programáticos.

5.2. Definição de objectivos.

5.3. Selecção de itens linguísticos de acordo com os objectivos definidos.

5.4. Selecção de actividades de acordo com as necessidades dos alunos, os objectivos definidos e a personalidade do professor, tendo em vista o desenvolvimento das quatro capacidades de base (ouvir, falar, ler, escrever).

5.5. Selecção de meios auxiliares adequados às actividades escolhidas.

5.6. Encadeamento lógico dentro da lição, dentro da unidade, entre várias unidades.

6. Execução.

6.1. Gestão correcta do tempo, do espaço, do equipamento e dos materiais.

6.2. Desenvolvimento de atitudes sociais com a cooperação e a interajuda.

6.3. Desenvolvimento de capacidades de observação.

6.4. Desenvolvimento de capacidades de reacção a situações imprevistas.

7. Avaliação.

7.1. Objectivos e princípios gerais.

7.2. Avaliação de actividades de compreensão e de produção orais.

7.3. Avaliação através de testes escritos.

BIBLIOGRAFIA

1. BAUTIER,E. et al. - Lignes de force du renouveau actuel en didactique des langues étrangères, Col. DLE, Paris, Clé International, 1986

2. BESSE, H.; GALISSON, R. - Polémique en didactique: du renouveau en question, Col. DLE, Paris, Clé International, 1980

3. DULAY; BURTRAND; KRASHEN - Language Two, New York, Oxford University Press, 1981

4. GLASSION, R. et al. - D'autres voies pour la didactique des langues estrangères, Col. LAL, Paris, Crédit-Hetier, 1982

5. HYMES,D.H. - Vers la compétence de communication, Col. LAL, Paris, Crédit-Hatier, 1984

6. MOIRAND, S. - Enseigner à communiquer en langue étrangère, Paris, Hachette, 1982

7. PORQUIER, R - Aspects psychologiques de l'apprentissage des langues, Texte d' une conférence organisée en Janvier 1982, à l'université de Compiègne

8. RICHTERICH, R. - Communication orale et apprentissage des langues, Col. F, Paris, Hachette, 1975

9. ROULET, E. - Langue maternelle et langues secondes - Vers une pédagogie integrée, Col. LAL, Paris, Crédif-Hattier, 1980

10. VERDELHAN, M. - Renouvellement des concepts en didactiques et formation des enseignants de français langue étrangère,"Langue Française", nº 55, Sept. 1092

NOTA: Serão fornecidas indicações bibliográficas específicas ao longo do curso.

METODOLOGIA DO ENSINO DO INGLÊS

Docentes: Drª Maria João Alveolos
Dr. Alípio Barra
Drª Margarida Vilela
Drª Julieta Taborda

.Pressupostos

O presente programa parte do princípio de que as restantes disciplinas curriculares científicas já forneceram aos estudantes conhecimentos sobre e domínio da língua inglesa que os capacitem para as implicações deste programa; e que as disciplinas que fazem parte da via educacional contribuem, conjuntamente, para proporcionar aos estudantes formação suficiente em matérias da pedagogia geral e das ciências da educação.

.Objectivos

Em consequência dos pressupostos apontados, os objectivos desta disciplina colocam-se, rigorosamente, dentro das fronteiras que lhe são específicas e são os seguintes:

a) Informar os estudantes sobre o percurso seguido pelo ensino/aprendizagem das línguas estrangeiras ao longo dos tempos;

b) Analisar as abordagens e métodos mais recentes numa perspectiva crítica conscientemente construtiva;

c) Despertar nos estudantes o gosto e a necessidade de uma permanente actualização;

d) Pôr os estudantes em contacto com a literatura essencial para a abordagem dos temas do programa;

e) Desenvolver nos estudantes a capacidade de conceberem materiais de trabalho, tais como planos de lição, testes, exames e outras formas de avaliação de conhecimentos;

f) Familiarizar os estudantes com a teoria e com os meios práticos da avaliação de conhecimentos;

g) Desenvolver nos futuros professores um esclarecido espírito de independência no sentido de adoptarem as atitudes pedagógico-didácticas mais consentâneas com a sua maneira de ser, com a natureza dos seus alunos e com as condições de trabalho que lhes sejam proporcionadas;

h) Apelar aos estudantes no sentido de preservarem uma rigorosa deontologia profissional;

i) Analisar com os estudantes os programas de inglês em vigor nas escolas do ensino secundário, familiarizando-os com os respectivos conteúdos;

.Programa

0. O que é a metodologia do ensino (ou didáctica) das línguas vivas estrangeiras:

0.1 Definição;

0.2 Terminologia específica introdutória.

1. História breve dos processos de aprendizagem/ensino das línguas estrangeiras:

1.1 A aprendizagem natural na transmissão das línguas de geração em geração;

1.2 O início do ensino deliberado das línguas estrangeiras:

1.2.1 O ensino do grego aos jovens da aristocracia romana;

1.2.2 A divulgação do latim nas províncias do Império Romano.

1.3 O ensino do latim nas escolas:

1.3.1 Durante a Idade Média;

1.3.2 No Renascimento;

1.3.3 O fim do latim como língua viva.

1.4 A consagração do método da gramática e tradução no século XVIII como corolário de uma longa tradição.

1.5 O século XIX: a continuidade e o começo da mudança:

1.5.1 O reforço do gramaticismo teórico e da análise gramatical;

1.5.2 O desenvolvimento da fonética e da psicologia;

1.5.3 As tentativas inovadoras dos finais do século: o Metodo Natural, o Método Psicológico (ou das Séries), o Método Fonético, o Método da Reforma.

1.6 O século XX:

1.6.1 O(s) Método(s) Directo(s).

1.6.2 O audiolingualismo behaviorista;

1.6.3 O código cognitivo;

1.6.4 O movimento comunicativo;

1.6.5 Os métodos ditos humanísticos;

1.6.6 O inglês para fins específicos (ESP).

1.7 Os estudos ingleses em Portugal: história e situação actual.

2. Disciplinas subsidiárias da didáctica das línguas vivas estrangeiras:

2.1 A linguística geral;

2.2 A linguística aplicada:

2.2.1 A análise contrastiva;

2.2.2 A análise de erros;

3. A língua materna:
3.1 A transferência da língua materna: -T e +T;
3.2 O papel da tradução: tradução como objectivo, tradução como meio. A retroversão;

4. A gramática:
4.1 Aprendizagem indutiva da gramática;
4.2 A explicitação gramatical (consciencialização da aprendizagem);

5. A cultura e a civilização de L2.

6. Componentes práticas do curso:
6.1 O ensino/aprendizagem de uma língua estrangeira:
6.1.1 A comunicação: sua caracterização;
6.1.2 O desenvolvimento da competência linguística e comunicativa;
6.1.3 Fases de ensino/aprendizagem;
6.1.4 Tipologia de exercícios;
6.1.5 Os capacidades ('skills') receptivas e os capacidades produtivas.
6.2 Análise dos programas de inglês para o ensino secundário.
6.3 Análise de manuais e outros materiais de ensino.
6.4 Planificação do ensino/aprendizagem:
6.4.1 Planificação a curto, médio e longo prazos;
6.4.2 Definição de objectivos, selecção de conteúdos, estratégias e actividades, desenvolvimento de materiais auxiliares;
6.4.3 Elaboração de planos de aula e de unidade para niveis diferenciados.

7. A avaliação de conhecimentos:
7.1 Princípios e objectivos ;
7.2 Avaliação 'tradicional';
7.3 Avaliação 'objectiva'.

Bibliografia

Nota - A inclusão dos títulos seguintes (considerados essenciais) não significa obrigatoriedade de leitura integral de todas as obras. Pontualmente, à medida que o programa for cumprido, serão dadas indicações sobre as partes de leitura obrigatória.

BRUMFIT, Christopher 1980. Problems and Principles in English Teaching. Oxford: Pergamon.

CANDLIN, Christopher 1983. The Communicative Teaching of English. Longman.

CORDER, S.Pit 1982. Error Analysis and Interlanguage. O.U.P.

DOFF, Adrian 1989. Teach English. A training course for teachers (Trainer's Handbook + Teacher's Workbook), C.U.P.

DULAY, Heidi, BURT, Marina & KRASHEN, Stephen 1982. Language Two. O.U.P.

HARMER, Jeremy 1983. The Practice of English Language Teaching. Longman.

HOWATT, A.P.R. 1984. A History of English Language Teaching. O.U.P.

JAMES, Carl 1972. "Foreign language learning by dialect expansion", in NICKEL, Gerhard (ed.) Papers from the international Symposium on Applied Linguistics. Bielefeld: Cornelsen-Velhagen & Klasing: 1-11

JAMES, Carl 1981. "The transfer of communicative competence", in FISIAK, J.(ed.) Contrastive Linguistics and the Language Teacher. Oxford: Pergamon.

JAMES, Carl 1980. Contrastive Analysis. Longman.

JOHNSON, Keith 1980. Communicative Syllabus Design and Methodology. Oxford: Pergamon.

JOHNSON, Keith & MORROW, Keith (eds.)1981. Communication in the Classroom. Longman.

LADO, Robert 1980. Linguistics Across Cultures. Ann Arbor: The University of Michigan Press (1ª edição 1957).

LEWIS, Michael & HILL, Jimmie 1985. Practical Techniques for Language Teaching. Hove: Language Teaching Publications.

LITTLEWOOD, William 1983. Communicative Language Teaching. C.U.P.

MACKEY, William F. 1969. Language Teaching Analysis. Longman.

McLAUGHLIN, Barry 1988. Theories of Second-Language Learning. Edward Arnold.

ODLIN, Terence 1989. Language Transfer. Cross-linguistic influence in language learning, C.U.P.

O'MALLEY, J. Michael & CHAMOT, Anne Uhl 1990. Learning Strategies in Second Language Acquisition. C.U.P.

SELIGER, Herbert W. & LONG, Michael H. (eds.) 1983. Classroom oriented Research in Second Language Acquisition. New York: Newbury House Publishers.

STERN, H.H. 1984. Fundamental Concepts of Language Teaching. O.U.P.

WIDDOWSON, Henry 1978. Teaching Language as Communication. O.U.P.

WILKINS, David 1976. Notional Syllabuses. O.U.P.

METODOLOGIA DO ENSINO DO ALEMÃO

Docente: Drª Maria Emília Domingues

I.OBJECTIVO TERMINAL

Aquisição de conhecimentos de carácter teórico-prático que permitam ao futuro professor de Alemão o desenvolvimento de uma prática lectiva correcta.

OBJECTIVOS INTERMÉDIOS

- Reconhecer o papel da Didáctica Específica no conjunto curricular das Ciências da Educação.
- Reconhecer o contributo da disciplina de Alemão para a formação integral do aluno.
- Analisar os problemas do ensino do Alemão em Portugal.
- Analisar os conteúdos programáticos do Alemão no ensino secundário.
- Perspectivar criticamente as diversas abordagens e métodos do ensino das línguas estrangeiras.
- Planificar correctamente as actividades pedagógicas.
- Seleccionar conteúdos, materiais e estratégias adequadas à consecução do referido no ponto anterior.
- Desenvolver técnicas de ensino-aprendizagem para o ensino do Alemão.
- Conhecer processos de avaliação pedagógica.
- Mobilizar os conhecimentos adquiridos numa perspectiva de auto--avaliação e de formação contínua, tendo em vista o desenvolvimento de um estilo próprio.

II.ITENS PROGRAMÁTICOS

1. O ensino das línguas estrangeiras.

1.1. O objecto e a função da Didáctica Específica.

1.2. Métodos e técnicas de ensino.

1.3. O contributo das Ciências da Linguagem.

1.4. As Teorias da Aprendizagem de L2.

2. Perspectivação histórica das abordagens e dos métodos de ensino das línguas estrangeiras.

3. Análise dos objectivos e dos conteúdos programáticos da disciplina de Alemão no Ensino Secundário.

4. Análise de manuais e de outros materiais auxiliares de ensino.

5. Planificação do Ensino-Aprendizagem.
5.1. Princípios orientadores.
5.2. Planificação anual, periodal, de unidade e de aula.
5.2.1. Definição de objectivos.
5.2.2. Selecção de itens linguísticos e sócio-culturais.
5.2.3. Selecção da tipologia dos exercícios.
5.2.4. Selecção de estratégias/actividades.
5.2.5. Selecção de materiais auxiliares.

6. Desenvolvimento da competência linguística e comunicativa.
6.1. Estratégias de interacção.
6.2. Identificação de necessidades de comunicação, intenções e papéis.
6.3. O desenvolvimento integrado das quatro capacidades linguísticas de base.
6.3.1. Capacidades de compreensão (ouvir e ler).
6.3.2. Capacidades de expressão (falar e escrever).
6.4. Os materiais auxiliares de ensino e a sua utilização didáctica.
6.5. Os materiais autênticos.
6.6. A progressão na aprendizagem. A tipologia de exercícios.
6.7. Os aspectos sócio- e interculturais.
6.8. O papel da gramática.
6.8.1. Análise de vários modelos.
6.8.2. A progressão gramatical.

7. O Trabalho-Projecto e a interdisciplinaridade. Os "Baukästen".

8. Avaliação do processo ensino-aprendizagem.
8.1. Avaliação e testagem - princípios orientadores.
8.2. Funções da avaliação.
8.3. Tipos de avaliação.
8.4. Tipos de testes.
8.5. Elaboração de matrizes.
8.6. Elaboração de testes.
8.7. Correcção de testes.
8.8. Recolha e tratamento de dados.

BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL

BADEGGER, M. - Kontaktschwelle Deutsch als Fremdsprache, Europarat (Hg)

DESSELMANN, G. und Hellmich, H. - Didaktik des Fremdsprachenunterrichts (Deutsch als Fremdsprache), VEB Verlag Enzyklopädie Leipzig, 1986

EDELHOFF, C. - Authentische Texte im Deutschunterricht, München, Hueber, 1987

GREWER, KRUGER, NEUNER - Übungsformen und Sequenzen im kommunikativen Deutschunterricht, Berlin, Langenscheidt, 1981

HAROLD, S. Madsen - Techniques in Testing, Oxford University Press, 1983

HENRICI, Gert - Studienbuch: Grundlagen für den Unterricht im Fach Deutsch als Fremd- und Zweitsprache (und anderer Fremdsprachen). Paderborn, Ferdinand Schöningh, 1986

KRASHEN, S.D. - The Natural Approach, Oxford, Pergamon/Alemany, 1983

LOHFERT, W. - Kommunikative Spiele für Deutsch als Fremdsprache, München, Hueber, 1986

MEESE, H. - Systematische Grammatikvermittlung und Spracharbeit, Berlin, Langenscheidt, 1984

MEYER, Hilbert - UnterrichtsMethoden I: Theorieband/ II: Praxisband. Frankfurt am Main, Scriptor Theorieband 1987 / Praxisband 1988

NEUNER, G.; EDELHOFF, C. e outros - Didáctica das Línguas Estrangeiras, Lisboa, Apáginastantas, 1985

- Übungstypologie zum kommunikativen Deutschunterrricht, Berlin und Munchen, Langenscheidt, 1981

PIEPHO, H. E. - Deutsch als Fremdsprache in Unterrichtsskizzen, Heidelberg, Quelle und Meyer, 1980

RICHARDS, J.C.; RODGERS, T.C. - Approaches and Methods in Language Teaching. Cambridge language teaching library, Cambridge, 1986

ÍNDICE

Introdução
Programas:
Introdução às Ciências da Educação 1
Organização e Desenvolvimento Curricular 3
Psicologia e Desenvolvimento da Aprendizagem 6
Metodologia do Ensino da História 8
Metodologia do Ensino da Filosofia 9
Metodologia do Ensino da Geografia 12
Metodologia do Ensino do Português 15
Metodologia do Ensino do Francês 17
Metodologia do Ensino do Inglês 21
Metodologia do Ensino do Alemão 26

COLÓQUIOS E CONGRESSOS PROMOVIDOS OU APOIADOS PELA F.L.U.P.

O Porto na Época Moderna (Centro de História U.P., Novembro de 1979)

Colóquio Inter-Universitário de Arqueologia do Noroeste (Instituto de Arqueologia, Novembro de 1983)

I Jornadas de Estudo Norte de Portugal - Aquitânia (Centro de Estudos Norte de Portugal - Aquitânia, Novembro de 1984)

Victor Hugo e Portugal (7-10 de Maio de 1985)

II Jornadas Luso - Espanholas de História Medieval (Novembro de 1985)

Colóquio Comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor (Instituto de Estudos Ingleses, 15-18 de Outubro de 1986)

Problemáticas em História Cultural (Instituto de Cultura Portuguesa, Outubro de 1986)

I Congresso de Literaturas Marginais (23-25 de Abril de 1987)

La Sociologie et les Nouveaux Défis de la Modernisation (Maio de 1987)

Óscar Lopes. Homenagem da Associação de Estudantes da FLUP (Maio de 1987)

Congresso Internacional «Bartolomeu Dias e a sua Época» (Universidade do Porto - Comissão Nacional dos Descobrimentos Portugueses, 21-23 de Setembro de 1988)

Eça e "Os Maias", I Encontro Internacional de Queirosianos (Novembro de 1988)

I º Colóquio Internacional de Linguística Contrastiva Português-Alemão (Instituto de Estudos Germanísticos, 6-7 de Outubro de 1988)

Encontro de Literatura Suiça (Maio de 1989)

A Recepção da Revolução Francesa em Portugal e no Brasil (Novembro de 1989)

Colóquio Comemorativo do 150º do Nascimento de Thomas Hardy (6-7 de Dezembro de 1990)

Colloque International Edouard Glissant (24-27 de Outubro de 1990)

Colóquio Evocativo do 50º Centenário da Morte de F. Scott Fitzgerald (Instituto de Estudos Norte-Americanos, 6-7 de Dezembro de 1990)

Jornadas Literárias Suiças (15-17 de Abril de 1991)

Colóquio com Michel Mohrt (Acad. Francesa) e com os romancistas Maurice Polard e Catherine Axelrad (19-21 de Junho de 1991)

Colóquio da Comissão Internacional de Diplomática (9-12 de Setembro de 1991)

Antero de Quental e o Destino de uma Geração, Colóquio Internacional no Centenário da sua Morte (20-22 de Novembro de 1991)

Colóquio «Educação, Cultura e Cultura Escolar» (17 de Janeiro de 1992)

Congresso «Municipalismo e Desenvolvimento no Noroeste Peninsular» - 140º Aniversário da Fundação do Concelho do Marco de Canaveses (26-28 de Março de 1992)

Noites de Sociologia «Mudam-se os Campos, Mudam-se as Cidades»; «Cultura, Trabalho e Formação das Identidades Juvenis»; «O admirável Mundo Novo da Empresa?»; «Novos Movimentos Sociais: o Adeus às Lutas?» (29 de Abril, 7, 14, 20 de Maio de 1992)

Encontro do «Núcleo de Estudos Medievais - Linguística e Literatura» (4 de Maio de 1992)

Ciclo de Colóquios «Do Corpo Interdito ao Corpo Pedagógico»; «Determinismo(s) e Liberdade em Educação» (Instituto de Ciências da Educação, 21-28 de Maio de 1992)

Corte e Espiritualidade em Portugal (Séculos XVI-XVIII) (Instituto de Cultura Portuguesa, 28-30 de Maio de 1992)

XX Internationals Mediävistisches Colloquium (13-20 de Setembro de 1992)

VI Colóquio Ibérico de Geografia. A Península Ibérica - Um Espaço em Mutação (Instituto de Geografia, 16-20 de Setembro de 1992)

Linguagem. Colóquio de Homenagem a Vergílio Ferreira, nos cinquenta anos da sua vida literária (28-30 de Janeiro de 1993)

ACTAS DE COLÓQUIOS E CONGRESSOS

O Porto na Época Moderna (Faculdade de Letras do Porto, Novembro de 1979), "Revista de História", Porto, INIC/Centro de História UP, vol. II, 1979, vol III, 1980

Colóquio Inter-Universitário de Arqueologia do Noroeste (Novembro de 1983),"Portugalia", Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Arqueologia, nova série, IV-V, 1983-1984

I Jornadas de Estudo Norte de Portugal - Aquitânia (Faculdade de Letras do Porto, Novembro de 1984), Porto, Centro de Estudos Norte de Portugal - Aquitânia (CENPA), 1986

II Jornadas Luso - Espanholas de História Medieval (Novembro de 1985), 3 vols., Porto, Centro de História UP/INIC, 1987,1989

Problemáticas em História Cultural (Faculdade de Letras do Porto, Outubro de 1986), Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Cultura Portuguesa, "Línguas e Literaturas - Anexo I", 1987

Victor Hugo e Portugal. No Centenário da sua Morte. (Faculdade de Letras do Porto, Maio de 1987). Actas do Colóquio, Porto, Ed. subsidiada pela Fundação Eng. António de Almeida e pela Fondation Calouste Gulbenkian, 1987

Colóquio Comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor (Faculdade de Letras do Porto, Outubro de 1986), Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Estudos Ingleses, 1988

La Sociologie et les Nouveaux Défis de la Modernisation (Faculdade de Letras do Porto, Maio de 1987), Porto, Association Internationale des Sociologues de Langue Française - Secção de Sociologia da Faculdade de Letras do Porto, 1988

Congresso Internacional "Bartolomeu Dias e a sua Época", 5 vols., Porto, Universidade do Porto - Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1989

Duas Línguas em Contraste: Português e Alemão. Actas do 1° Colóquio Internacional de Linguística Contrastiva Português-Alemão (Faculdade de Letras do Porto, Outubro de 1988), Porto, Faculdade de Letras -Instituto de Estudos Germanísticos, "Línguas e Literaturas - Anexo III", 1989

Encontro de Literatura Suiça (Faculdade de Letras do Porto, Maio de 1989), Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Estudos Germanísticos, 1989

Eça e "Os Maias", I Encontro Internacional de Queirosianos (Faculdade de Letras do Porto, Novembro de 1988), Porto, Edições ASA, 1990

A Recepção da Revolução Francesa em Portugal e no Brasil (Faculdade de Letras do Porto, 2-9 de Novembro de 1989), 2 vols., Porto, Universidade do Porto, 1992